

Programa Nacional de Controle do Tabagismo Perspectiva da Sociedade Civil

Audiência Pública

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Mônica Andreis

ACT Promoção da Saúde

2006

- Fundação como Aliança de Controle do Tabagismo, posterior ampliação de escopo para atuar com prevenção dos fatores de risco das doenças crônicas não-transmissíveis
- Promoção da alimentação saudável, controle do tabaco, do álcool e promoção da atividade física



- Em dezembro de 2005, o Brasil ratificou a Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS), primeiro tratado internacional de saúde pública
- O Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) passa então a fazer parte da Política Nacional de Controle do Tabaco, que é orientada ao cumprimento das medidas e diretrizes da CQCT/OMS pelo país
- PNCT articula a Rede de tratamento do tabagismo no SUS, o Programa Saber Saúde, as campanhas e outras ações educativas e a promoção de ambientes livres da fumaça do tabaco

- PNCT e CONICQ/INCA tem papel fundamental no controle do tabaco no Brasil
- Assim como a Sociedade Civil Organizada e Academia, representam pilares de uma política bem sucedida que deve ser mantida e ampliada



Experiência do Brasil

Queda na prevalência de tabagismo

1989: 34,8% (PNSN)

2013: 14,7% (PNS)

2019: 12,8% (PNS)

2023: 12% (COVITEL)

- Êxito resultou da união de esforços e adoção de medidas **educativas, preventivas, legislativas e regulatórias**
- São necessárias políticas públicas baseadas em evidências e elaboradas sem conflitos de interesse
- Diminuição da aceitação social do tabagismo
- Desafio de prosseguir na curva descendente

Impacto do tabaco

CUSTOS MÉDICOS ASSOCIADOS:



R\$ 50,2 bilhões/ano

Custos médicos associados ao tabagismo



R\$ 42,5 bilhões/ano

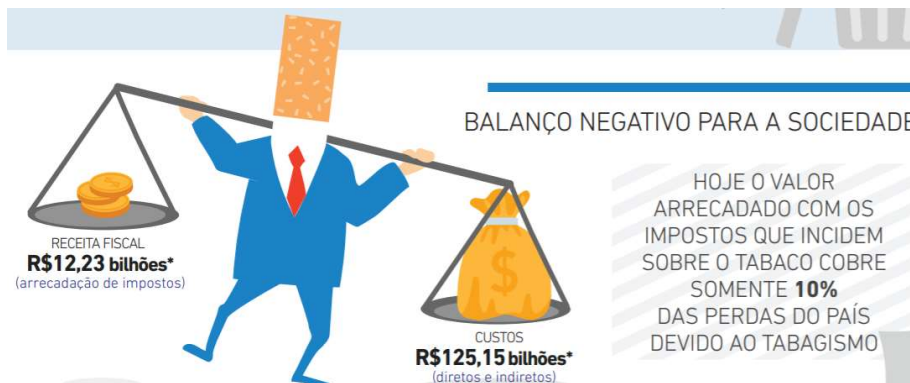
custos indiretos por perda de produtividade e morte prematura

R\$32,4 bilhões*
Cuidados familiares

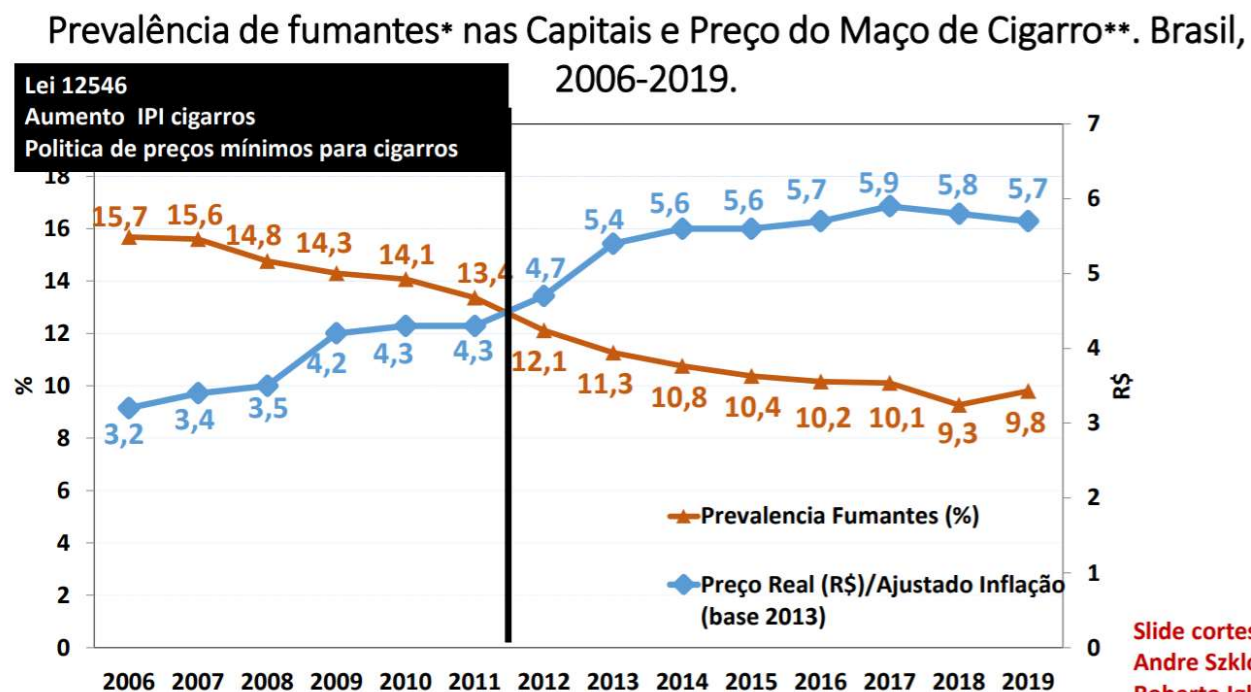
Custo do tempo que familiares e pessoas próximas devem dedicar ao cuidado de pessoas que adoecem por causa do tabagismo.



No Brasil, o tabagismo é responsável por cerca de **162 mil óbitos** ou 443 mortes por dia, correspondente a 13% do total de mortes no país

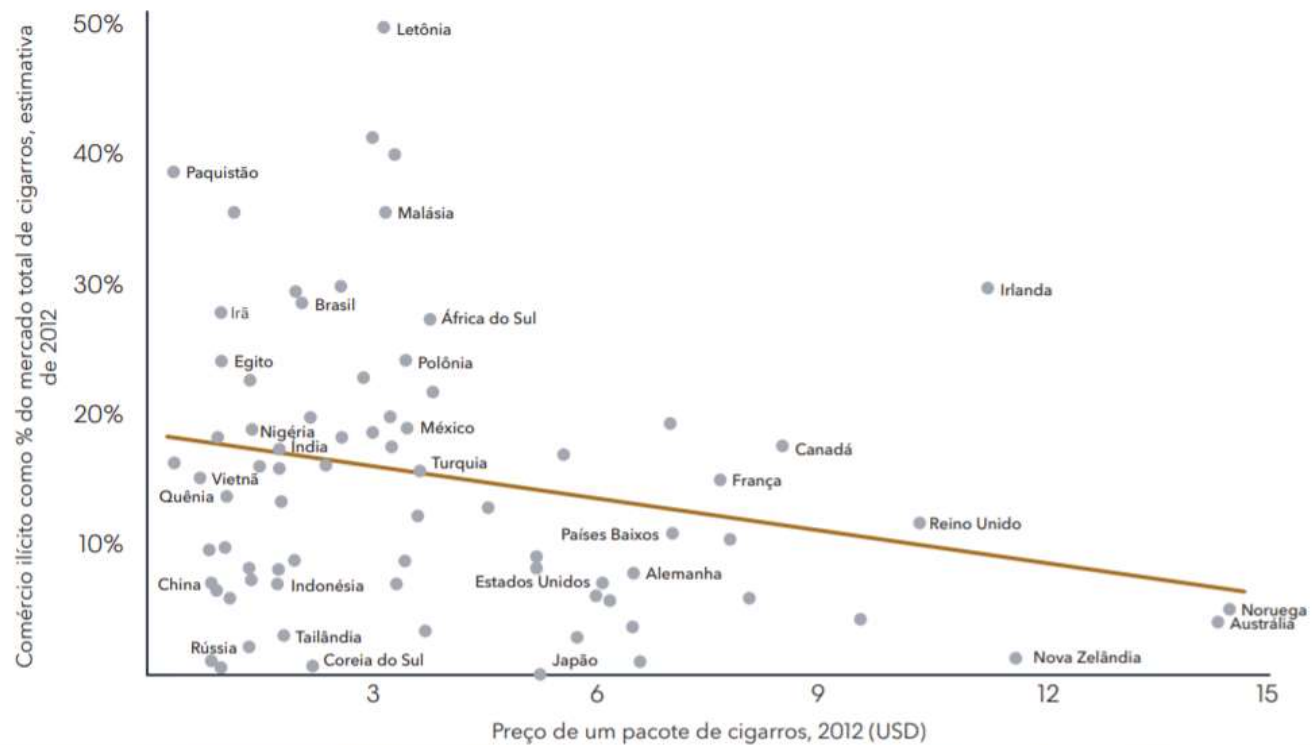


Política de Preços e Impostos



- Aumento de preços e impostos contribuiu com mais da metade da redução da proporção de fumantes entre 1989 e 2015

Figura 15: Preços mais altos do cigarro não estão associados a mais comércio ilícito

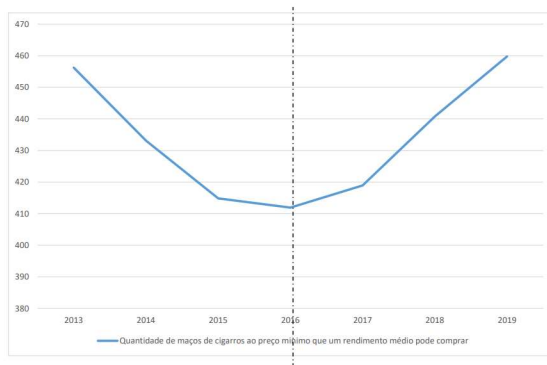


Impostos a favor da saúde para salvar vidas, 2019

Política de Preços e Impostos

- Quando se analisa o preço do cigarro desde 2017, com o congelamento da alíquota e do preço mínimo, verifica-se uma queda no preço real, o que aumenta acessibilidade

Figura. Número de maços de cigarros ao preço mínimo que um salário médio mensal pode comprar naquele mês*. Brasil, 2013-2019.



* Rend. méd. de todos os trabalhos hab. mensal - RS - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE/PNAD Contínua) - PNADC12_RTH12

Ref: Tobacconomics, National Cancer Institute of Brazil, and World Health Organization. Cigarette Tax Policy in Brazil: Recent Trends, Current Challenges, and Ways Forward. Tobacconomics Policy Note. Chicago, IL: Tobacconomics, Health Policy Center, Institute for Health Research and Policy, University of Illinois at Chicago, 2020. www.tobacconomics.org



- Imposto sobre tabaco precisa ser reajustado
- Reforma Tributária deve instituir imposto seletivo sobre produtos fumígenos
- Vedação de subsídios para os produtos que serão alvo do imposto seletivo
- Vinculação dos recursos arrecadados com o imposto seletivo para o SUS

Apoio da População Pesquisa Datafolha

Agosto de 2023

9 em cada 10 desejam o aumento de tributos para produtos nocivos

A população, em sua maioria, acredita que os impostos deveriam ser aumentados para os produtos que são nocivos para a saúde ou para o meio ambiente.



6 em cada 10

São **CONTRA** que o governo conceda incentivos fiscais para fabricantes de produtos que fazem mal à saúde e ao Meio Ambiente, como cigarro, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados



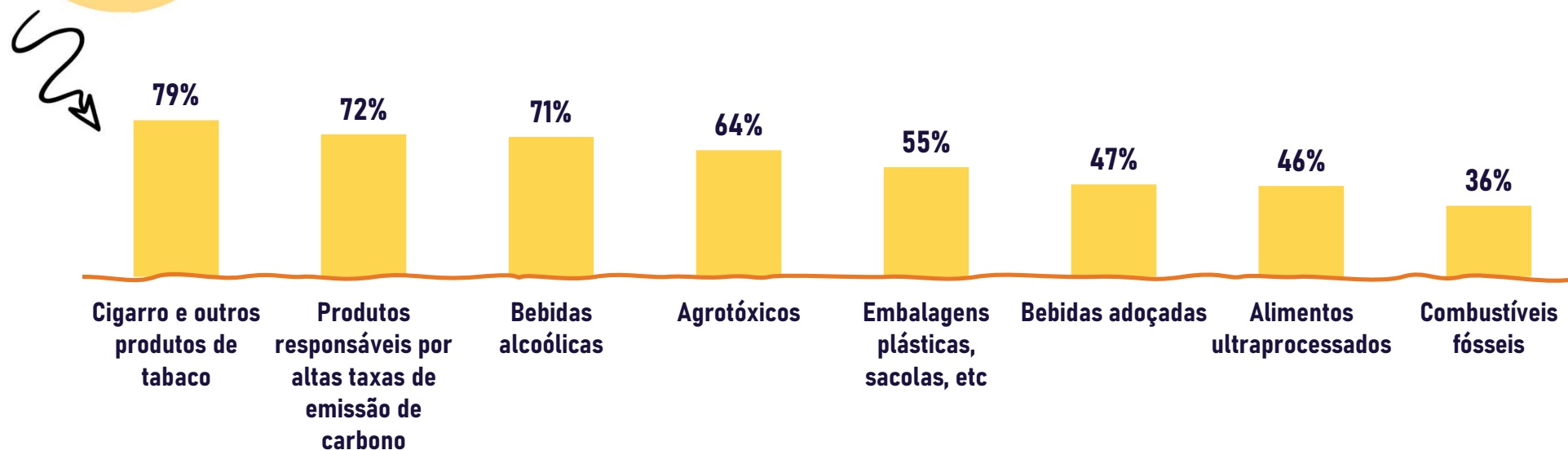
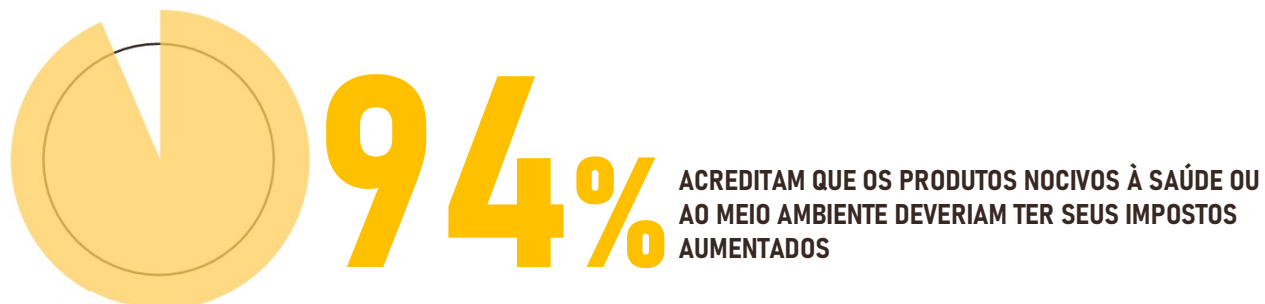
7 em cada 10

São **A FAVOR** que os recursos arrecadados com o imposto sobre produtos que fazem mal à saúde, como cigarro, bebidas alcoólicas e alimentos ultraprocessados, sejam destinados ao SUS

AUMENTO DE IMPOSTO POR PRODUTO

DADOS EM % - ESTIMULADA E ÚNICA

2.005
entrevistas



Base: Total da Amostra (2.005 entrevistas) - Fonte: **P5**. Considerando que a Reforma Tributária prevê um imposto específico para produtos que fazem mal à Saúde e ao Meio Ambiente, na sua opinião, quais dos seguintes produtos deveriam ter seus impostos aumentados? (**estimulada**)

DEFs

- A comercialização de **dispositivos eletrônicos para fumar, como tabaco aquecido e cigarro eletrônico**, é proibida no Brasil por meio da RDC 46/2009 da ANVISA

Cigarro eletrônico



5,7% Já usou^{3,4}
2,0% Uso não diário³
0,3% Uso diário³

Covitel 2023



- A regulação é prudente, pois o discurso de menor nocividade/redução de danos já foi usado de forma enganosa
- Aumento de consumo por jovens: nos EUA, houve um aumento de **78% em apenas um ano**.
- Consumo no Brasil é de 0,6% segundo PNS 2019
- **70% dos usuários têm entre 15 e 24 anos!**

Aditivos de aroma e sabor

- Tornam o cigarro **mais palatável e facilitam a iniciação por jovens**, além de aumentar a **dependência** ao elevar a eficiência da liberação da nicotina.
- No Brasil, **a Anvisa proibiu o uso de aditivos em 2012**. A indústria questionou a constitucionalidade da medida, mas ela foi confirmada pelo STF. Liminares e desafios legais, entretanto, ainda impedem que ela entre em vigor.



resultados



73% São A FAVOR que os impostos destes produtos vá para o SUS

PRODUTOS DE TABACO



79% Apoiam o aumento de impostos sobre Cigarro e outros produtos de tabaco

São A FAVOR que os impostos sobre o Tabaco seja aumentado para desestimular o consumo

83%

São A FAVOR que as empresas que fabricam cigarros paguem ao SUS pelo tratamento de doenças provocadas pelo tabagismo

84%

São A FAVOR que sabores e aromas em cigarros e produtos de tabaco sejam proibidos por lei para evitar a iniciação entre jovens

70%

São A FAVOR que dispositivos eletrônicos para fumar continuem sendo proibidos no Brasil

79%

- [Portaria GM/MS Nº 502, de 1º de junho de 2023](#) instituiu o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)
- Importante garantir financiamento adequado, capacitação de equipes, abastecimento e acesso ao tratamento, bem como demais atribuições do PNCT
- Defesa da Política Nacional de Controle do Tabaco
- Apoio a propostas legislativas em consonância com CQCT e aplicação do Art. 5.3



Muito obrigada!

Mônica Andreis
<http://actbr.org.br>

ACT
Promoção da Saúde